

PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ

Carla Fernanda Galvão Pereira¹

*Universidade Federal do Paraná, Doutoranda em Meio Ambiente e
Desenvolvimento, Curitiba, Paraná, Brasil.*

Carolina dos Anjos Borba²

*Universidade Federal do Paraná, Teoria e Fundamentos da Educação-Setor
Educação, Curitiba, Paraná, Brasil.*

Maria Isabel Farias³

*Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral, Departamento, Curitiba, Paraná,
Brasil.*

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisa acadêmica a respeito do Projeto Político-Pedagógico antirracista na educação infantil da Escola Municipal do Campo de João Surá. O histórico de luta do Quilombo pelos direitos ao território de seus ancestrais e melhores condições de vida para os moradores reflete-se inclusive nas pautas educacionais tendo em vista a implementação da Educação Escolar Quilombola na Educação Infantil. Tomando por base os estudos Contra Coloniais e metodologia qualitativa etnográfica, buscou-se analisar a importância da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo de João Surá a fim de que atenda os elementos fundamentais da educação para/com Quilombolas. Os procedimentos metodológicos adotados abarcaram questões históricas e as políticas públicas na região sobre a infância, levando em conta epistemologicamente as considerações das lideranças comunitárias.

Palavras-Chave: Infância Quilombola; Criança Quilombola; Racismo; Educação Escolar Quilombola.

ANTI-RACIST POLITICAL AND PEDAGOGICAL PROJECT IN CHILDHOOD EDUCATION AT ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ

¹Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná quilombolacarla@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-6673-3109>

²Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. carolzinhadosanjos@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3690-9411>

³Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; mariaisabel.mif@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4408-5523>

ABSTRACT

This article is the result of academic research regarding the anti-racist Political-Pedagogical Project in early childhood education at Escola Municipal do Campo de João Surá. The Quilombo's history of struggle for the rights to the territory of their ancestors and better living conditions for residents is also reflected in educational guidelines with a view to implementing Quilombola School Education in Early Childhood Education. Based on Counter Colonial studies and qualitative ethnographic methodology, we sought to analyze the importance of building the Political Pedagogical Project of the Escola Municipal do Campo de João Surá in order to meet the fundamental elements of education for/with Quilombolas. The methodological procedures adopted covered historical issues and public policies in the region regarding childhood, taking into account epistemologically the considerations of community leaders.

Keywords: Quilombola Childhood; Quilombola Child; Racism; Quilombola School Education

PROYECTO POLÍTICO Y PEDAGÓGICO ANTIRRACISTA EN EDUCACIÓN INFANTIL EN LA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación académica sobre el Proyecto Político-Pedagógico antirracista en la educación infantil de la Escola Municipal do Campo de João Surá. La historia de lucha de los quilombos por los derechos al territorio de sus antepasados y mejores condiciones de vida para los residentes también se refleja en las directrices educativas con miras a implementar la Educación Escolar Quilombola en la Educación Infantil. A partir de estudios Contracoloniales y metodología etnográfica cualitativa, buscamos analizar la importancia de construir el Proyecto Político Pedagógico de la Escola Municipal do Campo de João Surá de manera que responda a los elementos fundamentales de la educación para/con los quilombolas. Los procedimientos metodológicos adoptados abarcaron cuestiones históricas y de políticas públicas de la región en torno a la infancia, teniendo en cuenta epistemológicamente las consideraciones de los líderes comunitarios.

Palabras-clave: Infancia Quilombola; Niño Quilombola; Racismo; Educación Escolar Quilombola.

PROJET POLITIQUE ET PÉDAGOGIQUE ANTIRRACISTE DANS L'ÉDUCATION DES ENFANTS À L'ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ

RÉSUMÉ

Cet article est le résultat d'une recherche universitaire concernant le projet politico-pédagogique antiraciste dans l'éducation de la petite enfance de l'Escola Municipal do Campo de João Surá. L'histoire de lutte des Quilombo pour les droits au territoire de leurs ancêtres et pour de meilleures conditions de vie pour les résidents se reflète également dans les directives éducatives en vue de mettre en œuvre l'éducation scolaire Quilombola dans l'éducation de la petite enfance. Sur la base d'études contre-coloniales et d'une méthodologie ethnographique qualitative, nous avons cherché à analyser l'importance de construire le projet pédagogique politique de l'Escola Municipal do Campo de João Surá afin de répondre aux éléments fondamentaux de l'éducation pour/avec les Quilombolas. Les procédures méthodologiques adoptées ont couvert les questions historiques et les politiques publiques de la région concernant l'enfance, en tenant compte épistémologiquement des considérations des dirigeants communautaires.

Mots-clés: enfance quilombola; enfant quilombola; racisme; Educação Escolar Quilombola.

INTRODUÇÃO

“A educação das crianças quilombolas deve corresponder à sua realidade”, essa afirmação de uma liderança quilombola da comunidade de João Surá é basilar para as reflexões aqui apresentadas. Localizados no município de Adrianópolis, estado do Paraná, o quilombo João Surá e a Escola Municipal do Campo João Surá foram protagonistas na pesquisa que gerou este trabalho. A compreensão de que a realidade é um elemento fundamental no processo educativo destaca-se epistemologicamente, uma vez que, além do modo de vida, uma comunidade preserva conhecimentos, cultura e saberes transmitidos ao longo de gerações. Quando a escola reconhece e integra essas relações, que estão intrinsecamente ligadas ao território, tende a refletir essa construção em sua proposta pedagógica.

A Escola Municipal do Campo de João Surá é a instituição responsável pelo atendimento das crianças quilombolas de 4 a 10 anos na comunidade. Nela, são desenvolvidos os processos pedagógicos voltados ao primeiro ciclo da educação básica, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental I, incluindo a alfabetização. Esses primeiros anos são essenciais

para a formação das crianças, pois é nesse período que se consolidam os conceitos fundamentais para o desenvolvimento do aprendizado.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo de João Surá (2016), a data exata de sua fundação é incerta. No entanto, segundo relatos dos moradores, a escola foi criada durante a gestão do Dr. Washington Luís, no ano de 1982. A Resolução nº 3509/82, de 21 de dezembro de 1982, autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental, da 1ª à 4ª série. Posteriormente, a Resolução nº 3938, de 2008, ampliou essa autorização para o 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Em 2013, a Resolução nº 3765 credenciou a escola e renovou sua autorização de funcionamento.

Embora tenha sido concebida para atender às mudanças nos processos da colonização e da reforma agrária, visando ao desenvolvimento rural da época, a escola não acompanhou os avanços dos debates sobre os direitos das comunidades quilombolas. Como resultado, não atende à demanda por uma educação específica para essas comunidades, cuja trajetória tem sido marcada pelo avanço na discussão da Educação Escolar Quilombola (EEQ) no Brasil, especialmente no Ensino Fundamental e Médio.

No quilombo João Surá, avanços significativos foram conquistados com a construção do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, inaugurado em 2009. Essa instituição atende ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio e teve seu Projeto Político Pedagógico elaborado com a participação do movimento negro, de técnicos do Núcleo Regional de Educação da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e, sobretudo, dos moradores do quilombo. No entanto, segundo relatos da comunidade, esse mesmo processo não ocorreu no Ensino Fundamental I, tornando-se necessária uma ampliação das discussões sobre a realidade educacional da Escola Municipal do Campo de João Surá.

O laudo antropológico de 2007, realizado durante o processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), indica que a comunidade iniciou o processo de reconhecimento como quilombola a partir da demanda dos próprios moradores, que, em 2005, fundaram a Associação dos Remanescentes de

Quilombo do Bairro de João Surá. Além do reconhecimento oficial como comunidade quilombola, João Surá obteve a certificação da Fundação Cultural Palmares em janeiro de 2006.

Atualmente, o quilombo abriga 56 famílias, cuja renda provém do artesanato, do funcionalismo público e da agricultura de subsistência. A comunidade enfrenta diversos conflitos, entre eles o avanço da monocultura de eucalipto e pinus por fazendeiros de gado de corte, o que levou seus moradores a se organizarem por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de João Surá a fim de reagir aos ataques em seu território. Essa entidade, responsável por gerir questões relacionadas à infraestrutura do território, reivindica a posse de 2.442 hectares ocupados por seus antepassados, que permanecem como um espaço de resistência.

O território quilombola de João Surá foi contemplado pelo Decreto nº 12.275, de 29 de novembro de 2024, que o declarou de interesse social para fins de desapropriação dos imóveis rurais localizados no município de Adrianópolis. Entretanto, a comunidade enfrenta dificuldades no diálogo com os órgãos responsáveis, dificultando o avanço do processo de desapropriação, tendo em vista a morosidade dos governos federal e estadual.

Para além da luta pelo território, outro direito fundamental reivindicado pelos quilombolas é o acesso à educação. Embora esse direito seja garantido constitucionalmente a todos/as os/as cidadãos/ãs brasileiros/as, as comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios significativos para obter uma educação que contemple sua realidade sociocultural. Trata-se não apenas de garantir o acesso à escola, mas assegurar que o ensino seja estruturado a partir da identidade e da história quilombola. Esse processo envolve desde a participação ativa da comunidade até a formação de professores que conheçam a trajetória do povo negro no Brasil.

Nunes (2006) nos aponta que a educação quilombola não pode ser dissociada da memória histórica e da luta dos quilombos desde o período escravista. Para ela, a educação deve ser uma leitura de mundo que resgate essa trajetória de resistência e transformação, de modo que o conhecimento adquirido tenha como base a vivência, a cultura e a história da comunidade. A

autora reforça que a educação quilombola precisa, portanto, ser uma ferramenta de emancipação, uma forma de afirmar a identidade e da trajetória quilombola como um lugar de luta constante por justiça e dignidade.

Uma concepção de educação e aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios que as comunidades quilombolas vêm construindo desde o período escravista requer a promoção de uma leitura de mundo que dê ênfase a sua trajetória, como lembrança viva de que o tempo não se esvaece a disposição para transformar (NUNES, 2006, p. 149).

Silva (2017), por sua vez, faz uma distinção importante entre "educação quilombola" e "educação escolar quilombola", ressaltando que a primeira abrange todos os ensinamentos e aprendizagens que ocorrem no território quilombola, de forma mais informal e viva, enquanto a segunda se refere à educação formal oferecida nas escolas, que deve incorporar essas especificidades do quilombo. Silva aponta que a educação escolar quilombola deve ser estruturada para valorizar e integrar o saber tradicional, as práticas ancestrais e as vivências diárias do quilombo, criando uma ponte entre o saber ancestral e o conhecimento acadêmico:

Existe uma grande diferença entre educação quilombola e educação escolar quilombola. A primeira está ligada a todos os ensinamentos que acontecem no território quilombola: pode ser através de passagem de tradições e conhecimentos de pais para filhos, pode ser também as experiências que o ambiente proporciona, pode ser o contato com as histórias dos ancestrais, enfim, tudo que está ligado a práticas de aprendizagem e ensino no quilombo. Já educação escolar quilombola se refere a uma educação em um espaço formal, que a instituição escola oferta para os alunos quilombolas, trazendo em seu conteúdo todas as especificidades detalhadas no item anterior. (SILVA, 2017 p. 37).

Assim, o pensamento de Nunes (2006) dialoga com Silva (2017) ao sugerir que a educação no quilombo precisa ser um processo de construção contínua de saberes que se articula entre o vivido e o formal, o ancestral e o moderno. Ambas autoras defendem a ideia de que a educação, tanto no seu formato escolar quanto nas suas práticas cotidianas, deve ser um meio de emancipação, transformando as comunidades quilombolas e reafirmando a identidade e os valores que delas emanam.

Diante desse cenário, este artigo é fruto de pesquisa qualitativa tendo como objetivo analisar a importância da construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal do Campo de João Surá, de modo que contemple os elementos fundamentais da educação quilombola e proporcione uma compreensão mais abrangente desse processo. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Evidenciar a conquista histórica da Escola Municipal do Campo de João Surá no território quilombola; b) Identificar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na legislação municipal, os marcos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; c) Propor estratégias para a construção do Projeto Político-Pedagógico, considerando a realidade da comunidade quilombola e as contradições encontradas.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se na abordagem etnográfica, com o objetivo de qualificar os dados e destacar a importância da consulta à comunidade quilombola para o início dos processos de discussão. Além disso, serão analisadas as características históricas, políticas e culturais da Escola Municipal do Campo de João Surá, considerando sua trajetória no contexto territorial quilombola. Por fim, este estudo enfatiza a necessidade de que os moradores da comunidade sejam ouvidos e participem ativamente da construção do Projeto Político-Pedagógico, garantindo que a escola seja um espaço de resistência e promoção da educação antirracista para as crianças quilombolas.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os fundamentos epistêmico-metodológicos desta pesquisa fundamenta-se nos estudos sociológicos das infâncias e em suas relações contra-coloniais, considerando as dimensões do território e o impacto do racismo institucional nas decisões das secretarias municipais em relação às escolas que atendem crianças no Ensino Fundamental I, tendo como base a pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2001, p. 23), "[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade

não é visível, precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância, pelos próprios pesquisados".

A pesquisa apresenta um caráter etnográfico e, conforme Mattos (2011, p. 35), no campo da sociologia da educação, existe uma forte relação entre estudos contra-coloniais e pesquisas etnográficas. A etnografia, cujo radical grego *ethnos* significa "o outro", propõe escrever sobre o outro a partir de sua própria perspectiva. Para isso, foram utilizadas diferentes ferramentas metodológicas, como entrevistas, registros fotográficos e anotações em diário de campo. A pesquisa etnográfica objetiva compreender a realidade de um grupo social a partir de sua perspectiva, analisando seus costumes, crenças, práticas, valores e relações no contexto em que vivem. Seu propósito é interpretar as dinâmicas culturais, sociais e históricas de determinada comunidade por meio da observação participante, entrevistas e outras formas de coleta de dados qualitativos.

No campo da educação, a etnografia permite investigar como os processos educativos ocorrem dentro de um contexto específico, como no caso das comunidades quilombolas, identificando desafios, estratégias de resistência e possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais adequadas à realidade local. Para Sarmiento (2003), citado por Delgado e Müller:

A etnografia visa apreender a vida tal como ela é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais. A vida é, portanto, plural nas suas manifestações, imprevisível e ambígua nos seus significados. Isso desafia a renúncia à definição de critérios universais de verdade, assim como instiga a pensar nas crianças como capazes de interpretar e dar novos sentidos às relações que experimentam com o mundo, com outras crianças e adultos. (DELGADO E MULLER, 2005, p. 169).

Gerald (2019), ressalta como fundamental que sujeitos africanos e afro-diaspóricos sejam incluídos nas pesquisas sobre suas próprias realidades. Ademais, é essencial considerar as crianças como sujeitos da pesquisa, especialmente as crianças negras e quilombolas. Dessa forma, adota-se a afrocentricidade como perspectiva epistêmico-metodológica, garantindo não apenas representatividade, mas também a devida valorização desses territórios. "A perspectiva afrocentrada na educação permite que crianças e

jovens negros se reconheçam como protagonistas de suas histórias, fortalecendo sua identidade e autoestima" (GOMES, 2019, p. 78). Ademais, as escolas devem promover uma educação que ressignifique a história da população negra, rompendo com as narrativas coloniais e racistas" (GOMES, 2018, p. 102).

Foram empregadas técnicas como observação participante e registros escritos, fotográficos e audiovisuais, pois esses métodos permitem documentar o processo de pesquisa e coletar dados que não poderiam ser obtidos apenas verbalmente. As técnicas visuais, individuais ou em grupo, possibilitam que as crianças expressem suas ideias e sentimentos de forma criativa. Além disso, o diário de campo foi essencial para registrar achados, impressões e insights durante a investigação. Todas as informações colhidas em campo foram cruzadas, como as fotos dos dias da reuniões com o diário de campo e as entrevistas com as respectivas datas para garantir maior confiabilidade e profundidade na análise.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram o seguinte percurso metodológico: a) Entrevistas com lideranças e anciãos – realizadas para compreender experiências com a política educacional e percepções sobre a infância quilombola; b) Entrevistas com atores institucionais – conduzidas com uma liderança comunitária e com a gestora da Secretaria de Educação de Adrianópolis, que assumiu o cargo em 2022.

Foram acompanhadas três reuniões da Associação de Moradores, nas quais foram discutidas demandas da comunidade, incluindo a modalidade de Educação Escolar Quilombola e alterações no Projeto Político-Pedagógico.

A pesquisa também considerou o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabelece que a oferta de educação básica para a população rural deve contemplar adaptações metodológicas e curriculares adequadas à realidade local, justificando a demanda da comunidade por atualizações para a adaptação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo de João Surá, em conformidade com as Diretrizes da Educação Escolar Quilombola de 2012.

Durante as visitas semanais à escola entre 2022 e 2023, foram

coletadas informações por meio de conversas com a professora responsável e da análise documental do Projeto Político-Pedagógico de 2016. Segundo a docente, esse documento continua vigente, mas passa por um processo de atualização conduzido pela gestão municipal de educação, sem a participação efetiva da comunidade.

A pesquisa adota também, uma abordagem contra-colonial, fundamentada na valorização dos saberes e epistemologias quilombolas, em contraposição às narrativas eurocêntricas que historicamente marginalizaram esses conhecimentos. Como argumenta Nego Bispo (2015, p. 47), "o quilombo não é apenas um território físico, mas uma filosofia de existência que se contrapõe às lógicas coloniais, sustentando formas de vida baseadas na coletividade, na oralidade e na ancestralidade." Essa perspectiva implica reconhecer que a educação quilombola não pode ser dissociada do território e das experiências das comunidades, sendo fundamental considerar suas dinâmicas próprias na formulação de políticas educacionais.

A abordagem etnográfica, aliada à perspectiva contra-colonial, permite identificar como os processos educativos são ressignificados no cotidiano da comunidade. Como destaca Bispo (2015, p. 53), "o conhecimento quilombola não se limita à sala de aula; ele se manifesta na relação com a terra, com os mais velhos e com os ciclos da natureza". Assim, os métodos adotados, como entrevistas, registros audiovisuais e diários de campo, buscam garantir que a voz das crianças quilombolas seja central na análise educacional. Antônio Bispo afirma que uma forma de se trabalhar com a compreensão contra a colonização é seguir a ideia de respeitar os processos de resistências.

Vamos entender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação ou até a substituição de uma cultura pela outra, independente do território físico ou geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos entender por contracolônização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contracolônizadores, os símbolos e significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (BISPO, 2015, p. 48).

Deste modo, levar em consideração as demandas da comunidade é essencial para a implementação da pedagogia da realidade. Não basta que a nomenclatura seja do campo; é necessário que a educação aplique a vivência

quilombola na escola. As abordagens realizadas servirão como base para o próximo capítulo, que discutirá as características da Escola Municipal do Campo João Surá, situada no território quilombola, considerando seus aspectos históricos, políticos e culturais, essenciais para a construção de uma educação quilombola inclusiva e representativa.

CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: NECESSÁRIO DIÁLOGO ENTRE ESTADO E COMUNIDADE

O atendimento a crianças de 0 a 6 anos inicia-se com os movimentos de mulheres, feministas e operárias que lutavam por um local onde pudessem deixar seus filhos 'bem assistidos' enquanto trabalhavam no contexto urbano. Porém, em regiões camponesas, esse direito foi conquistado de forma tardia e ainda inexistente em algumas localidades, como no quilombo de João Surá. O processo de alfabetização se inicia aos 4 anos, na pré-escola, e segue para o Ensino Fundamental I na EMC de João Surá. Portanto, as crianças começam a trajetória escolar na Educação Infantil e, posteriormente, ingressam no Ensino Fundamental.

Historicamente, a Educação Infantil integrou-se legalmente ao sistema de ensino brasileiro em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, como a primeira etapa da Educação Básica. A concepção de criança foi se transformando ao longo do tempo, desdobrando novos debates a fim de “conceber a criança como ator social” (ROSEMBERG, 2012, p. 23). Considerando essa perspectiva, entende-se que essas crianças fazem parte de um grupo social que se autorreconhece como quilombola, sendo essa uma categoria social relevante para os estudos sociológicos. Segundo Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade:

A Sociologia da Infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero, a um grupo racial etc. (ANDRADE, 2010, p. 52).

Com base na Constituição Federal de 1988, a oferta da Educação Infantil é um direito garantido a todas as crianças em território nacional, conforme citado abaixo.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, p.22).

Porém, há um determinante quando se trata de educação: as políticas de investimento, especialmente na educação infantil. É notório que, em governos anteriores, outros projetos políticos foram priorizados, contrariando as reivindicações das comunidades, que demandam a ampliação dos investimentos na Educação de Quilombolas, conforme expresso no documento da Carta do I Encontro Nacional dos Quilombolas do Brasil, em 1995.

As perspectivas de mudanças nas leis da educação, visando atender às demandas do empresariado brasileiro da área da tecnologia, que cada vez mais impõe o uso da tecnologia e o ensino tecnicista para que a classe trabalhadora se profissionalize e gere mais lucros, pouco dialogam com a realidade local. Essa realidade exige diversos investimentos do Estado em infraestrutura, além de um diálogo efetivo com a comunidade sobre seus interesses e perspectivas. Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais da Educação Quilombola se fundamentam.

(...) da memória coletiva; das línguas reminiscentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombola de todo país. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 08.).

A Educação Escolar Quilombola deve garantir não apenas a preservação dos saberes ancestrais, mas também a participação ativa da comunidade no processo educativo. Como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais, a

escola quilombola deve ser um espaço onde a memória coletiva, os acervos orais, as práticas culturais e os marcos civilizatórios sejam valorizados, respeitados e incorporados ao currículo. Nesse sentido, a consulta prévia, livre e informada às famílias, anciãos e lideranças comunitárias é essencial para que a Educação Infantil quilombola atenda às especificidades de cada território, assegurando que a formação das crianças esteja alinhada aos interesses legítimos de sua comunidade. Assim, a escola torna-se um espaço de resistência, fortalecimento da identidade e continuidade das tradições quilombolas.

£ 3º Os sistemas de ensino devem oferecer a Educação Infantil com consulta prévia e Informada a todos os envolvidos com educação das crianças quilombolas, tais como pais, mães, avós, anciãos, professores, gestores escolares e lideranças comunitárias de acordo com os interesses legítimos de cada comunidade quilombola. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 22.).

Todavia, no contexto aqui apresentado, às lideranças dos quilombos no município de Adrianópolis fazem o caminho oposto, estabelecendo diálogos com o poder local na tentativa de construir a Educação Escolar Quilombola também na Educação Infantil orientadas pelas Diretrizes da EEQ, as quais garantem:

Art.15 A educação infantil, primeira etapa da educação Básica, na qual se privilegiam práticas do Cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta do poder público para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que devem ser garantidas e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnica-racial e às vivências socioculturais (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 22.).

Esse diálogo entre o poder público e a comunidade pode resultar em uma aprendizagem mais significativa para as crianças quilombolas, respeitando seu modo de viver, as tradições de sua família e de sua comunidade. O investimento público de qualidade na infância e na educação básica se refletirá em novas práticas de ensino e aprendizagem que potencialmente valorizem a cultura local e a construção do território quilombola. As políticas educacionais escolares para a infância devem ser debatidas por todos e todas, incluindo o poder municipal, para que se construa

o que for adequado para as crianças quilombolas. A partir disso, é possível pensar em políticas específicas, estaduais e nacionais, para sua implementação no município, garantindo, assim, que o diálogo ocorra de forma completa entre o poder público, a família e a comunidade.

Conforme Silva (2011), propõe-se que a visibilidade interseccional no contexto da infância quilombola seja encarada como uma forma de respeito e valorização da singularidade, da diferença e do reconhecimento. É importante que sejam criadas políticas que garantam a participação e inclusão das crianças quilombolas nos processos decisórios, bem como o desenvolvimento de estratégias que assegurem seu acesso à educação, saúde e outros direitos fundamentais. Além disso, é essencial incentivar o diálogo entre os grupos dentro da própria comunidade e criar espaços de discussão que possibilitem a troca de experiências e visões entre as crianças quilombolas e outras comunidades, pois isso pode contribuir para a construção de um senso de pertencimento e compartilhamento de valores.

No dia 08 de setembro de 2022, reunimo-nos no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos para dialogar sobre a necessidade de implementação da modalidade da Educação Escolar Quilombola na Escola Municipal do Campo de João Surá. Os responsáveis pelos estudantes procuraram a Associação de Moradores para mediar o diálogo com a Secretaria de Educação do município de Adrianópolis, visando a implementação dessa modalidade.

Os encaminhamentos definidos foram: 1) conversa com os pais e demais responsáveis pelos estudantes para compreender a solicitação; 2) após a conversa, a associação encaminhou um ofício à Secretaria Municipal de Educação para estabelecer um diálogo sobre as diretrizes e fortalecer a Educação Escolar Quilombola nas séries iniciais do Ensino Fundamental; 3) solicitação de mudanças no Projeto Político-Pedagógico e construção de diretrizes municipais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Durante a reunião, apresentamos aos responsáveis as competências do município em relação às orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução

08/2012), enfatizando que não estávamos questionando o processo de ensino e aprendizagem ofertado pelas professoras da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental atuantes na comunidade. O objetivo era fortalecer a identidade quilombola das crianças no e a partir do território.

A implementação dessa modalidade poderá amparar os docentes na busca por formação continuada específica para atuação com estudantes quilombolas, além de possibilitar o acesso a materiais didáticos que valorizem a cultura negra e afrodescendente, entre outros benefícios. Sendo assim, encaminhamos à Secretaria Municipal de Educação uma solicitação de reunião para definir, conjuntamente, os procedimentos necessários para atender à demanda da comunidade.

Vale lembrar que, ao longo dos anos, a comunidade se mobilizou em torno da pauta da infância e sempre reivindicou participação na Escola Municipal do Campo de João Surá, buscando formas de contribuir para a construção do currículo escolar. Considerando que práticas escolares carregam resquícios de racismo que moldam as relações entre pessoas negras e brancas, o professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2004) contribui para essa reflexão ao discutir o conceito de raça e suas implicações na sociedade e na educação.

(...) o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2004, p.6).

Nos relatos dos moradores, era comum ouvir expressões como “João Surá fica no fim do mundo”, “o povo de João Surá vive sujo de poeira” ou “o povo de João Surá não se contenta com nada”. Todas essas afirmações colocam os moradores da comunidade em um lugar de desumanização. Para Silvio Almeida (2019), esse tipo de prática antecede formas de discriminação e até genocídios que persistem até os dias de hoje.

Para compreendermos a ideia de racismo na atualidade, Silvio Almeida (2019) afirma

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 22)

As consequências dessas práticas discriminatórias, diretas e indiretas, ao longo do tempo, leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional que impacta o percurso de vida de todos os membros de um grupo social. Ainda o racismo estrutural, atrelado à subjetividade, ao Estado e à economia, afeta instituições, incluindo a educação infantil, assevera Almeida (2018):

(...) demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. (ALMEIDA, S., 2018, p.31).

As contradições do racismo na vida das crianças desta comunidade é algo que faz parte de sua história e que infelizmente elas relações de poder refletem quando não há acordo em comum, para acabar com a não representatividade nos materiais didáticos. Para o autor, a ideia de raça como instrumento de classificação e controle social e o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que está inserida em uma lógica de soberania e superioridade que hierarquiza, tornando-se um pensamento hegemônico.

A ausência de materiais didáticos que representem a cultura negra e quilombola reforça a marginalização histórica dessas comunidades dentro do ambiente escolar. A invisibilização de referências afrodescendentes no currículo compromete a construção da identidade das crianças quilombolas, dificultando seu reconhecimento como sujeitos históricos e culturais. A falta de livros, ilustrações e conteúdos que dialoguem com suas vivências contribui para a reprodução do racismo estrutural, afastando-as de um ensino que valorize sua ancestralidade e seu território. O material utilizado no dia a dia das

crianças em sala de aula são apostilas da Universidade Positivo. Essa instituição realizou uma pesquisa no município e constatou a falta de materiais didáticos, doando-os à Prefeitura Municipal de Adrianópolis. Segundo a atual gestora da Secretaria de Educação, esses materiais auxiliam as professoras em sua metodologia:

Carla: O livro didático integrado é uma doação da Positivo?
Secretária da Educação Municipal de Adrianópolis, (atual gestão): É uma doação que a universidade Positivo fez ao nosso município e fez com que eles doassem ao município as apostilas. Então o pai da educação infantil do G quatro, cinco e do primeiro ao quinto ano. Mas eu vejo assim: é um apoio pro professor, é um suporte. Não é que ele esteja engessado ali, amarrado, somente com apostila. Muitos preferem porque já tem um norte, já tem todo um planejamento, já tem todos os conteúdos ali. Então o professor utiliza todos os dias pelo Pay Livre de já estar tendo esse planejamento. Já tem essa linha, mas a apostila eu vejo como um apoio, não que ele não trabalhe coisas diferenciais, atividades diferenciadas, e até porque também tem livro didático do PNLD. Do programa do governo eu não vejo assim, eu não vou obrigar que trabalhe a apostila, é só como um apoio, se o professor quiser utilizar: legal. Específico falando agora aqui da escola municipal daqui do João Surá, tendo outras metodologias é o professor claro que deve trabalhar. Não só pode como deve. (Excerto da entrevista com a Secretária Municipal de Educação/Abril, 2022).

Materiais didáticos que representem a realidade são essenciais para as crianças que estão na Educação no Campo, das Águas e das Florestas possam ser vistas no currículo escolar, se entender como pessoa negra, ou reconhecer a própria identidade quilombola. Como é o caso de uma estudante que retrata para mãe a cor de pele e a sua vivência no quilombo. Por se tratar de tema sensível, na entrevista que segue não irei identificar o nome da pessoa, irei substituir por nome de árvores para evitar retaliações a quem nos confiou interlocução na pesquisa.

Então, no meu ver, pelo que eu acompanho do caderno da Goiabeira, não se ensina nada da nossa cultura, da nossa comunidade, do nosso quilombo, nada. Porque até o desenho que colocam no caderno de Goiabeira pintar, se põe a cidade. Eles não colocam uma galinha, não colocam um porco, um peixe cascudo, um corimba, que é a realidade nossa, ou um rio... Mandam a menina pintar o mar, o que é a realidade dela? É mar a realidade dela? Não é. Então eu vejo que tem muito que avançar. Precisa muito isso, trazer as coisas conforme a realidade da criança. E isso eles não não tem ali. (...) E o desenho dela é todo colorido. Ela vai pintar uma flor: cada pétala de uma cor... Ela gosta muito de cores. Sobre o lápis de cor... Ela chegou em casa e disse: mãe essa aqui é cor de pele. Oh mãe, esse lápis aqui é cor de pele.

Daí eu falei assim, qual Goiabeira que é cor de pele? Ela falou, ah mãe, esse aqui. Ela pegou aquele rosa bebê, não sei nem que cor que é aquele lápis. Vou ser bem sincera e coloquei com a minha pele mostrei pra ela e falei: a cor da minha pele é essa aqui Goiabeira? Não. Aí coloquei do lado dela e perguntei: Você está com essa cor da pele? Aí respondeu: também não mãe. Então como é que está dizendo que é cor de pele? Goiabeira respondeu: Foi a professora que falou que era cor de pele. Daí como eu tinha, eu tinha comprado, só que estava aqui, eu levei e daí eu mostrei pra ela. Ela falou: mãe, então eu preciso contar à professora que esse aqui é cor de pele. (Excerto da entrevista com uma mãe que não quer ser identificada - 23 de abril de 2023).

Neste relato, há dois debates que devemos analisar, a necessidade de educação antirracista e de qual educação do campo, das águas e das florestas a comunidade defende. Fica evidente a importância de formação continuada para os/as professores/as para conseguirem adentrar em questões fundamentais para se trabalhar em uma escola quilombola. Nos primeiros anos da educação básica o estudante tem dimensões da alfabetização e dos processos formais da educação, onde essa escola, ao longo de sua história, não tem valorizado as dimensões da cultura da comunidade quilombola e aprendizado do território? Há também diversos relatos feitos nas reuniões da associação quilombola em que as mães diziam que em reunião entre famílias e a gestão anterior da secretaria municipal, não encontram oportunidade de falar e de não serem ouvidas. Essa constatação deve servir para que a comunidade consiga perceber que a escola precisa ser assumida por todos/as e que ela deve refletir a realidade, e neste caso, situações como as relatadas fazem parte de uma compreensão maior que precisa ser discutida, pois se o lápis 'cor de pele' é de uma pessoa branca, qual é a cor que representa uma pessoa negra?

A Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Além disso, dá outras providências para que o ensino da história de afrodescendente seja obrigatório, dessa forma impõe o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, ministrados no âmbito de todo o currículo

escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Por se tratar de uma escola do campo em sua nomenclatura, a abordagem educacional deve ser destinada às populações rurais, considerando suas especificidades, necessidades e contextos de vida. Busca-se proporcionar uma educação que valorize a cultura, as tradições, o trabalho e os conhecimentos adquiridos nas áreas rurais, e que da mesma forma seja capaz de enfrentar as desigualdades sociais e educacionais presentes no campo. Roseli Caldart (2009) destaca que a educação do campo reivindica a realidade da educação brasileira, particularmente a situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.

Esta crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. Ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do campo. (CALDART, 2009, p. 39).

Segundo a autora, educação do campo não é educação rural, "(...) com todas as implicações e desdobramentos disso em relação a paradigmas que não dizem respeito e nem se definem somente no âmbito da educação" (CALDART, 2009, p. 39). Sendo assim, as comunidades quilombolas defendem outro projeto político pautado em concepções de desenvolvimento e de modo de vida. De acordo com a autora, a respeito de qual escola se quer, não basta ser no campo, mas é necessário ser do campo, onde se possa defender qual projeto de sociedade queremos para os territórios.

(...) as escolas localizadas nos quilombos são escolas quilombolas, no entanto, para que se efetive uma Educação Escolar Quilombola nestes territórios, cabe aos gestores e gestoras escolares estaduais e municipais, atuarem no sentido de garantir as condições necessárias para o seu funcionamento. Algumas ações são necessárias, tais como: informar no censo escolar; investir num processo de formação que permita ter a comunidade como lócus dessa formação, suas lutas, manifestações e valores culturais e ancestrais; estabelecer contínuo diálogo com as lideranças quilombolas no sentido de trazer para a escola, em forma de currículo vivo a vida da comunidade. (CONAQ, 2019, p.3).

As autoras refletem uma visão crítica e integradora sobre a importância da educação antirracista e do fortalecimento das comunidades do campo, especialmente os territórios quilombolas. Caldart (2009), ao destacar que a educação do campo deve estar atenta à realidade dos trabalhadores rurais, não apenas como uma extensão do modelo educacional urbano, mas como um reflexo das lutas e do modo de vida específico dessas comunidades, abre espaço para questionar os modelos de educação que se distanciam da realidade do campo. Em concordância, a CONAQ reforça que as escolas localizadas nos quilombos precisam ser mais do que escolas rurais, precisam garantir condições necessária para suas lutas, manifestações e valores culturais ancestrais, voltadas para a valorização da cultura, saberes e práticas ancestrais, e, acima de tudo, para o fortalecimento da identidade quilombola. O texto da CONAQ destaca que, para garantir a efetividade da Educação Escolar Quilombola, é essencial escolas dialogarem com as lideranças quilombolas e que o currículo reflita a vivência, as lutas e os valores dessas comunidades, a fim de buscar uma educação antirracista respeitando a diversidade e promover a transformação social, a emancipação.

O modelo educacional defendido tanto por Caldart quanto pela CONAQ está diretamente relacionado à importância da participação comunitária na construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que seja verdadeiramente representativo das realidades e necessidades das comunidades quilombolas. O PPP, como instrumento fundamental para o desenvolvimento da Educação Escolar Quilombola, deve ser elaborado com a contribuição ativa de todos os segmentos da comunidade, incluindo lideranças, pais, professores e estudantes, para garantir que a educação oferecida seja efetivamente voltada para o fortalecimento da identidade quilombola, para a preservação das suas práticas culturais e para a luta contra o racismo estrutural. Nesse contexto, a participação comunitária se torna um dos pilares para uma educação transformadora, que não apenas promova o conhecimento formal, mas também valorize as tradições, as histórias e os saberes ancestrais, criando um ambiente educacional que se reconheça e se reforce nas próprias raízes da comunidade. Assim, o PPP, construído de forma coletiva, é uma ferramenta

essencial para garantir uma escola como espaço de resistência, empoderamento, transformação, capaz de atender às necessidades dos quilombolas de maneira contextualizada e inclusiva.

A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DO PPP NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A participação comunitária desempenha um papel fundamental na construção de uma educação que atenda às reais necessidades da população, especialmente em contextos específicos como o das comunidades quilombolas. Durante o mês de setembro de 2022, um encontro entre os moradores e o prefeito local evidenciaram-se as problemáticas enfrentadas pela comunidade, com destaque para as dificuldades vivenciadas na educação infantil. A presidente da associação, Santana Fogaça, trouxe à tona questões que afligiam os cuidados com as crianças da comunidade e o desejo coletivo de uma maior participação dos moradores nos processos educacionais, o que reflete um compromisso com a qualidade da educação dos filhos e com o futuro da comunidade. A permanência dos moradores e sua preocupação com a educação dos filhos revelam a visão que a educação deve ser um processo compartilhado, envolvendo todos os agentes da comunidade. Como afirmou Paulo Freire em *Pedagogia da Esperança*, a educação precisa ser um ato coletivo, com o compromisso de todos/as, incluindo as comunidades, para a transformação social e o acesso pleno ao conhecimento. Esse princípio é essencial para a construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que reflita as necessidades e os valores da comunidade quilombola, garantindo uma educação contextualizada, inclusiva e transformadora.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para mudar o mundo, como se a luta pudesse se reduzir apenas a atos calculados, apenas, à cientificidade, é frívola ilusão. (FREIRE, 1992, s/p).

Entretanto, no processo de investigação dos marcos legais para embasamento da proposta PPP no site da prefeitura do município de

Adrianópolis⁴ da educação infantil no município encontramos no site da prefeitura na aba de educação a lei do FUNDEB de como serão distribuídos os recursos repassados para educação. Nessa Plataforma está o valor financeiro a ser destinado para especificidades; em observação analítica, concluiu-se que a distribuição de recursos não leva em consideração aspectos sociais e políticos nas diversas regiões do município. Percebemos nas análises dos dados, que não há nenhuma lei municipal que se refere às crianças quilombolas quando se trata de modalidade educativa e/ou a permanência de estudantes, constatou-se a ausência de política pública voltada para as crianças desta escola na comunidade, para além do que já está garantido pelo FUNDEB.

Outras reivindicações foram enunciadas nesta reunião, a exemplo dos problemas com transporte escolar, falta de monitor para transporte, alimentação saudável, sobretudo a falta de reuniões com a comunidade.

Segundo Givania Maria Silva :

O que é possível afirmar é que há um acervo histórico e um conjunto de saberes acumulados nas comunidades quilombolas do Brasil que ainda são desconhecidos por grande parte da população, principalmente pelos órgãos governamentais formuladores e executores das políticas públicas. Por outro lado há um desejo dos quilombolas em participar dos processos educacionais formais que podem resultar no somatório de esforços para trazer para a educação novas abordagens e possibilidades que possam apontar para a construção de outras visões e formas de pensar a educação no Brasil. (SILVA, 2018 p.13).

Outra pauta que chamou atenção foi do currículo centrado na história, cultura e fortalecimento da identidade e lutas do quilombo. Ao analisar o projeto político-pedagógico sentimos falta das questões que envolvem o entorno da escola, visto que a compreensão dessa realidade é fundamental para crianças do quilombo e também provenientes de outros lugares.

Estamos entendendo por entorno da escola o espaço geográfico no qual ela se situa, mas combinado com as relações sociais e comunitárias que ela estabelece por meio dos seus sujeitos, especialmente os estudantes e suas famílias. Isso quer dizer que uma mesma escola pode ter relações diferentes com uma comunidade, cujos núcleos de moradias e unidades de produção têm proximidades físicas maior e menor. Uma escola que recebe grupos de estudantes de comunidades vizinhas precisa fazer um inventário dos diferentes

⁴ <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/adrianopolis/categorias>

locais, à medida que a atividade de trabalho de estudo possa acontecer ali. (Ribeiro, Lisboa, 2022, p. 16).

A relação entre a escola e a comunidade é essencial para o desenvolvimento de uma educação que atenda às necessidades e realidades dos sujeitos quilombolas. Conforme destacam Ribeiro e Lisboa (2022), é fundamental que a escola compreenda o espaço geográfico em que está inserida e, principalmente, as relações sociais que se estabelecem nesse contexto. A participação da comunidade no processo educativo, incluindo o levantamento de dados sobre os locais de origem dos estudantes, possibilita uma melhor organização das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de um currículo que esteja em consonância com as especificidades de cada grupo. Nesse sentido, Santos (2022) reforça que a Educação Infantil nos territórios quilombolas deve ser guiada por um currículo que respeite a identidade étnico-racial e as vivências afro-quilombolas, promovendo a aprendizagem por meio de brincadeiras e interações que resgatam elementos da memória, oralidade e ancestralidade da comunidade. Assim, tanto a escola quanto a comunidade devem caminhar juntas, colaborando para a construção de um processo educativo que seja verdadeiramente transformador e inclusivo.

(...) A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como eixos principais as interações e as brincadeiras. Nessa etapa educacional, o direito de aprender e de se desenvolver deve ser assegurado no PPP e no currículo. É fundamental que nessa etapa as crianças experimentem vivências e interações com os Eixos da Pedagogia de Quilombo, preferencialmente de forma lúdica e criativa. Assim como é fundamental que essa educação seja ofertada no território quilombola e que seja garantido o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências afro-quilombolas. É importante que a linguagem lúdica atravesse os Eixos da Pedagogia de Quilombo, a saber, a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola, de forma que as crianças compreendam a si mesmas a partir do seu pertencimento afro-quilombola. Dessa maneira, o trabalho com as interações e brincadeiras afro-quilombolas na Educação Infantil deve se remeter às vivências lúdicas comunitárias alimentadas por valores africanos e afro-brasileiros como os ritos festivos, a musicalidade, as lendas, as cantigas e ritmos em suas diferentes manifestações. As crianças dessa etapa escolar têm o direito de aprender em suas diferentes linguagens os ricos conteúdos históricos e expressões ressignificadas pela população quilombola. (SANTOS, 2022, p.138).

Na construção do Projeto Político-Pedagógico, deve prevalecer uma educação que faça sentido para todos/as da comunidade, tanto no currículo quanto na prática do dia a dia das crianças na escola e no território. Trata-se de

um esforço coletivo, no qual todos/as devem contribuir: escola, comunidades, lideranças, anciãos e, principalmente, o poder público municipal de Adrianópolis, visando à construção de uma educação que integre infância e comunidade como parte do cotidiano educacional.

CONCLUSÃO

A implementação de uma educação escolar quilombola de qualidade requer uma abordagem que integre tanto os conteúdos acadêmicos formais quanto os saberes e práticas culturais da comunidade. A reestruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve envolver a participação ativa da comunidade, reconhecendo suas especificidades e necessidades, e ser respaldada por políticas de formação continuada para os profissionais da educação. A legislação nacional e as diretrizes específicas para a Educação do Campo e Escolar Quilombola fornecem o suporte necessário para a construção de um currículo que respeite a identidade étnico-racial dos estudantes. A gestão municipal tem um papel crucial na reestruturação pedagógica, valorizando os saberes quilombolas e promovendo uma educação emancipadora. Avanços já foram observados nas discussões com a Prefeitura de Adrianópolis, com o interesse em modificar o PPP e revisar a nomenclatura da escola, mas ainda é necessário um processo contínuo de debate e envolvimento da comunidade. A construção de normativas em parceria com a Câmara de Vereadores e as comunidades é essencial para garantir os direitos das crianças quilombolas, especialmente no que se refere à educação. A formação continuada e a valorização da história e cultura quilombola são fundamentais para uma educação inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: INCTI/UNB, 2015.

BRASIL. **Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm.
Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 06 jul. 2024.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. **Quem somos - nossa história.** Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em:
<https://acervo.paulofreire.org/collections/358e8c46-4bbb-4847-9864-bdca6c19e52d>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1992. Disponível em:
<https://acervo.paulofreire.org/collections/358e8c46-4bbb-4847-9864-bdca6c19e52d>. Acesso em: 27 jul. 2024.

G1. **Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento.** 2022. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua->

[pele-50-ano-consexetivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtm](#)
l. Acesso em: 05 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Pensando a identidade e a diferença na educação escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MATTOS, C.; CASTRO, P. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 298 p. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NUNES, G. H. L. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, M. L. D. S.; SOUZA, E. P. D. **Dimensões da Inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. ed. MEC/SECAD, Brasília, 2006, v. 01, p. 343-360.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. 2018.

Protocolo de Consulta das Comunidades Quilombolas do Paraná. Paraná, 2022.

RIBEIRO, L. **Inventário da realidade e cartografia social: possibilidades metodológicas nas escolas do campo**. Organização por Maria Isabel Farias, Roberto Antonio Finatto, Valter de Jesus Leite. Guarapuava: Apprehendere, 2022. 133 p. eBook.

SANTOS, A. P. **Projeto político-pedagógico das escolas quilombolas: princípios formativos e orientações** [recurso eletrônico]. Fortaleza: Seduc, 2022.

SILVA, B. C. **A construção da (in)visibilidade da infância quilombola: o papel do Estado e do movimento social**. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SILVA, F. M. **Educação Insubmissas - Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/87794/FABIANE%20MOREIRA%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2025, 2017.

SILVA, G. M. **Educação e Identidade Quilombola: Outras Abordagens Possíveis**. 2018. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Giv%C3%A2nia-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.